

Manual do poder público em juízo

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público**
- 3. Remessa necessária e contraditório**
- 4. Cabimento**
- 5. Dispensa**
 - 5.1 Nos casos do § 3º do art. 496**
 - 5.2 Nos casos do § 4º do art. 496**
- 6. Relação com recursos e com o art. 942**
- 7. Remessa necessária e reformatio in pejus**

CAPÍTULO 4 - Cumprimento de Sentença e Execução

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Cumprimento de sentença contra o Poder Público**
 - 2.1 Abrangência dos arts. 534 e 535**
 - 2.2 Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado**
 - 2.3 O art. 100 da Constituição Federal**
 - 2.3.1 Alcance da expressão "Fazenda Pública"**
 - 2.4 O requerimento para inicio da etapa de cumprimento de sentença contra o poder público**

Manual do poder público em juízo

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público**
- 3. Remessa necessária e contraditório**
- 4. Cabimento**
- 5. Dispensa**
 - 5.1 Nos casos do § 3º do art. 496**
 - 5.2 Nos casos do § 4º do art. 496**
- 6. Relação com recursos e com o art. 942**
- 7. Remessa necessária e reformatio in pejus**

CAPÍTULO 4 - Cumprimento de Sentença e Execução

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Cumprimento de sentença contra o Poder Público**
 - 2.1 Abrangência dos arts. 534 e 535**
 - 2.2 Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado**
 - 2.3 O art. 100 da Constituição Federal**
 - 2.3.1 Alcance da expressão “Fazenda Pública”**
 - 2.4 O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra o poder público**

Manual do poder público em juízo

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público**
- 3. Remessa necessária e contraditório**
- 4. Cabimento**
- 5. Dispensa**
 - 5.1 Nos casos do § 3º do art. 496**
 - 5.2 Nos casos do § 4º do art. 496**
- 6. Relação com recursos e com o art. 942**
- 7. Remessa necessária e reformatio in pejus**

CAPÍTULO 4 - Cumprimento de Sentença e Execução

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Cumprimento de sentença contra o Poder Público**
 - 2.1 Abrangência dos arts. 534 e 535**
 - 2.2 Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado**
 - 2.3 O art. 100 da Constituição Federal**
 - 2.3.1 Alcance da expressão “Fazenda Pública”**
 - 2.4 O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra o poder público**

Manual do poder público em juízo

5.2 Contraditório prévio

5.3 Agravo interno

5.4 O “novo” pedido de suspensão: a suspensão da não suspensão

5.5 Pedidos coletivos de suspensão

5.6 A ultra-atividade do pedido de suspensão

6. Art. 1.059 e tutela provisória da evidência

7. A constitucionalidade do art. 1.059

8. Estabilização da tutela provisória em face do Poder Público

9. Uma palavra sobre o processo tributário

CAPÍTULO 6 - Outras Normas do “Direito Processual Público” no CPC

1. Considerações iniciais

2. Regras de competência codificadas envolvendo o Poder Público (arts. 45 e 51)

2.1 Competência quando Estado ou DF são partes (art. 52 do CPC)

3. Responsabilidade pessoal dos advogados públicos (art. 77, § 6º, do CPC)

4. Realização/pagamento de perícia (art. 91, §§ 1º e 2º)

5. Advocacia pública

6. Citações e intimações (arts. 242 e 270)

Manual do poder público em juízo

7. Ações possessórias (art. 562, parágrafo único, e 565, § 4º)

8. Ação monitória (art. 700, § 6º, e art. 701, § 4º)

9. Outros procedimentos especiais

10. Direito jurisprudencial e fiscalização da decisão paradigmática (art. 985, § 2º, e art. 1.040, IV)

11. Dispensa de depósito prévio em rescisória (art. 968, § 1º)

12. Dispensa de preparo, porte de remessa e retorno (art. 1.007, § 1º)

13. Dispensa de pagamento prévio de multa em agravo interno (art. 1.021, § 5º)

14. Dispensa de pagamento prévio de multa em embargos de declaração (art. 1.026, § 3º)

15. Outras formulações

15.1 Consensualidade administrativa (art. 3º)

15.2 Negócios jurídicos (art. 190)

15.3 Audiência de conciliação ou de mediação (art. 334)

15.4 Julgamento antecipado parcial de mérito (art. 356)

PARTE II - PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS CONSTITUCIONALMENTE DIFERENCIADOS

CAPÍTULO 1 - Mandado de Segurança

Manual do poder público em juízo

1. Considerações iniciais

2. Modelo constitucional do mandado de segurança

2.1 A concessão do mandado de segurança

2.2 Direito líquido e certo

2.3 Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data

2.4 Illegalidade ou abuso de poder

2.5 Autoridade pública

2.6 Um aceno ao mandado de segurança coletivo

3. Mandado de segurança preventivo

4. Legitimidade ativa (impetrante)

4.1 Legitimação extraordinária

4.2 Intervenção litisconsorcial facultativa

5. Legitimidade passiva

6. Competência

6.1 O tema na perspectiva do art. 52, parágrafo único, do CPC

7. Petição inicial

8. Informações

Manual do poder público em juízo

9. Medida liminar

9.1 Fundamento relevante e ineficácia da medida

9.2 Tutela da evidência

9.3 Estabilização da liminar

9.4 Restrições

9.5 Caução e medida liminar

9.6 Recorribilidade

10. Ministério Público

11. Sentença

12. Recursos

12.1 Ampliação do colegiado (art. 942 do CPC)

13. Pedido de suspensão

14. Coisa julgada

15. Cumprimento

15.1 Restrições ao cumprimento provisório

16. Efeitos patrimoniais

17. Custas processuais e honorários de advogado

Manual do poder público em juízo

18. Intervenção de terceiros

19. Decadência

CAPÍTULO 2 - Mandado de Segurança Coletivo

1. Considerações iniciais

2. Legitimidade ativa dos partidos políticos (art. 5º, LXX, a, da CF)

3. Legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações (art. 5º, LXX, b, da CF)

4. Outros legitimados ativos

5. Os “direitos” tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo

6. Medida liminar

7. Coisa julgada

8. Relação com processos individuais

8.1 O cômputo do prazo de trinta dias

CAPÍTULO 3 - Mandado de Injunção

1. Considerações iniciais

2. Objeto

3. Competência

Manual do poder público em juízo

4. Sujeitos processuais

5. Procedimento

6. Petição inicial

6.1 Medida liminar

7. Sentença

8. Eficácia e coisa julgada

9. Recursos

10. Mandado de injunção coletivo

11. Sobre a aplicação subsidiária da Lei n. 12.016/2009

CAPÍTULO 4 - Habeas Data

1. Considerações iniciais

2. Objeto

3. Fase pré-judicial

3.1 Interesse de agir

4. Fase judicial

4.1 Partes e objeto

4.2 Competência

Manual do poder público em juízo

5. Outros sujeitos processuais

5.1 A participação da pessoa afetada pelo ato questionado

5.2 O Ministério Público

6. Causa de pedir

7. Pedido

8. Peculiaridades procedimentais

9. Sentença

10. Recursos

11. Coisa julgada

12. Cumprimento

13. Tutela provisória

14. Prescrição

PARTE III - PODER PÚBLICO EM JUÍZO NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

CAPÍTULO 1 - Execução Fiscal

1. Considerações iniciais

2. Processo administrativo de inscrição da dívida

3. Petição inicial

Manual do poder público em juízo

5. Outros sujeitos processuais

5.1 A participação da pessoa afetada pelo ato questionado

5.2 O Ministério Público

6. Causa de pedir

7. Pedido

8. Peculiaridades procedimentais

9. Sentença

10. Recursos

11. Coisa julgada

12. Cumprimento

13. Tutela provisória

14. Prescrição

PARTE III - PODER PÚBLICO EM JUÍZO NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

CAPÍTULO 1 - Execução Fiscal

1. Considerações iniciais

2. Processo administrativo de inscrição da dívida

3. Petição inicial

Manual do poder público em juízo

3.1 Competência

3.2 Legitimidade ativa

3.3 Legitimidade passiva

3.3.1 O chamado "redirecionamento" da execução

3.4 Juízo de admissibilidade da inicial

4. Posturas do executado: pagamento

4.1 Moratória (art. 916 do CPC)

4.2 Garantia de juízo

5. Penhora

5.1 Intimação da penhora

6. Embargos à execução fiscal

6.1 Prévia garantia de juízo

6.2 Efeito suspensivo

6.3 Matérias

6.4 Procedimento e julgamento

7. Atos de alienação

8. O término do processo

Manual do poder público em juízo

9. Recursos

10. Honorários e custas

11. Prescrição

12. Outros meios de defesa do executado

12.1 Exceção de pré-executividade

13. Cautelar fiscal, averbação premonitória, negativações e protestos

CAPÍTULO 2 - Ação de Improbidade Administrativa

1. Considerações iniciais

2. Inquérito civil

3. Acordo de não persecução cível e transação

4. Competência

4.1 Prevenção

5. Legitimidade ativa

6. Legitimidade passiva

7. A intervenção da pessoa jurídica

8. O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica

9. Causa de pedir

Manual do poder público em juízo

10. Pedido

10.1 Cumulação de pedidos

11. Petição inicial e juízo de admissibilidade

12. Fase ordinatória

13. Fase instrutória

14. Fase decisória (sentença)

14.1 Julgamento parcial

15. Liquidação e cumprimento

16. Tutela provisória

17. Prescrição

CAPÍTULO 3 - Ações Coletivas e o Poder Público

1. Considerações iniciais

2. O direito processual coletivo

3. Sobre a limitação territorial da coisa julgada

3.1 A (inconstitucional) restrição territorial

3.2 Autorização assemblear para ações coletivas em face do Poder Público

3.3 Da coisa julgada ao cumprimento da "sentença genérica"

Manual do poder público em juízo

4. Descabimento da ação civil pública

5. Considerações finais

CAPÍTULO 4 - Intervenção das Pessoas de Direito Público (Art. 5º da Lei n. 9.469/1997)

1. Considerações iniciais

2. Crítica à constitucionalidade do dispositivo

3. Modificação da competência

4. A atuação das pessoas jurídicas de direito público

4.1 Especificamente a legitimidade recursal do parágrafo único do art. 5º da Lei n. 9.469/1997

5. Amplitude do dispositivo

6. Pedido de intervenção

FECHAMENTO

BIBLIOGRAFIA E SITES

SITES